

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.577 - MG (2019/0232009-9)**

**RELATORA** : MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
**AGRAVANTE** : SOFCON - SOCIEDADE FRANCHISING & CONSULTORIA LTDA.  
**ADVOGADOS** : JOSÉ ANCHIETA DA SILVA - MG023405  
RENATA DANTAS GAIA - MG104160  
**AGRAVADO** : CBSM - COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUCOES DE MARKETING  
**ADVOGADO** : ANDRE PORTELLA DOS SANTOS - MG134489N

### **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DO TEMA. INVIABILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. Execução de título extrajudicial.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.
5. A incidência da Súmula 7 do STJ prejudica a análise do dissídio jurisprudencial pretendido. Precedentes desta Corte.
6. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

### **DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por SOFCON - SOCIEDADE FRANCHISING & CONSULTORIA LTDA, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e/ou "c" do permissivo constitucional.

**Agravo em recurso especial interposto em:** 08/04/2019.

**Concluso ao gabinete em:** 26/09/2019.

**Ação:** execução de título extrajudicial ajuizada pela CBSM - COMPANHIA BRASILEIRA DE SOLUÇÕES DE MARKETING em face da agravante.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse contexto, alega que, em razão do contrato de prestação de serviços relativos ao Programa de Fidelidade Dotz e do instrumento particular de confissão de dívida e promessa de pagamento, é credora de R\$331.630,62 (trezentos e trinta e um mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e dois centavos) - valor atualizado em 2013.

**Decisão interlocutória:** deferiu pedido de penhora no percentual máximo de 10% do seu faturamento.

**Acórdão:** negou provimento ao recurso interposto pela agravante, conforme a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXECUÇÃO - INEXISTÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS - PENHORA SOBREFATURAMENTO DE EMPRESA - REQUISITOS LEGAIS - PERCENTUAL DE 10% - INVIABILIDADE DA ATIVIDADE EMPRESARIAL - FATO NÃO COMPROVADO - REDUÇÃO - IMPOSSIBILIDADE.

1 - "É possível a penhora recair, em caráter excepcional, sobre o faturamento da empresa, desde que o percentual fixado não torne inviável o exercício da atividade empresarial, sem que isso configure violação do princípio exposto no art. 620 do CPC". Inexistindo demonstração nos autos de que a penhora de 10% do faturamento da empresa torna inviável o exercício da atividade empresarial, a decisão recorrida deve ser confirmada.

**Recurso especial:** alega violação dos arts. 805 e 835 do CPC/15, 5º LINDB, bem como dissídio jurisprudencial. Sustenta que: a) "a penhora sobre o faturamento deve se limitar ao percentual de 5% (cinco por cento) do faturamento"; b) o bem imóvel oferecido possui preferência à penhora de percentual de faturamento; c) a nomeação de bem à penhora preencheu todos requisitos; d) "o modo menos gravoso para a Recorrente não é aquele que permite bloquear parte de sua receita, sobretudo quando a Recorrente ofereceu bem imóvel, juntando, inclusive, o laudo avaliativo"; e e) "a manutenção do percentual mais elevado prejudicaria a manutenção dos custos e despesas ordinários da Recorrente, incluindo folha de pagamento demais encargos trabalhistas, pagamento de financiamento, entre outras obrigações que, num momento de crise geral aguda, criaria muitas dificuldades".

**RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.**

**Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

**- Da ausência de prequestionamento**

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 835 do CPC/15 e 5º LINDB, indicados como violados, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

**- Do reexame de fatos e provas**

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à análise da propriedade do imóvel apresentado; quanto à demonstração da inviabilidade da atividade empresarial, considerando o percentual estipulado pelo Tribunal de origem; a respeito das condutas das partes; acerca do modo menos gravoso para parte; em relação ao suposto prejuízo; exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

**- Da divergência jurisprudencial**

A ausência de prequestionamento do tema que se supõe divergente impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgRg no AREsp 353947/SC, 3ª Turma, DJe de 31/03/2014 e EDcl no Ag 1162355/MG, 4ª Turma, DJe de 03/09/2013.

Além disso, a incidência da Súmula 7 desta Corte acerca do tema que se supõe divergente, impede o conhecimento da insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República. Nesse sentido: AgInt

# *Superior Tribunal de Justiça*

no AREsp 821337/SP, 3ª Turma, DJe de 13/03/2017 e AgInt no AREsp 1215736/SP, 4ª Turma, DJe de 15/10/2018.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora